

## **Conheça as Propostas Aprovadas na Conferência de Transparência e Controle Social em 11/05/2013**

### **Propostas Aprovadas na Conferência de Transparência e Controle Social**

#### **EIXO 1 - TRANSPARÊNCIA E EFICIÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA**

Ra VoProposta

nki to

ng s

- 1 77 Instituir um regulamento geral de funcionamento para todos os conselhos, respeitando as especificidades de cada um, acompanhado da criação de um Código de Conduta/Ética/Comportamento para conselheiros, também garantindo ampla divulgação do calendário de reuniões - com pautas, atas e documentos disponibilizados publicamente
- 2 75 Criação de um Código de Ética para o servidor municipal e para servidores do Poder Legislativo de Londrina
- 3 73 Instituir a transparência total no novo Plano Diretor de Londrina, com criação de ferramentas que possibilitem conhecer e consultar os zoneamentos de ruas, atividades autorizadas nos zoneamentos, e propostas de mudança (como é e como ficaria)
- 4 67 Criação de um relatório simplificado e periódico (mensal ou trimestral) em que sejam traduzidos termos técnico, contábeis e jurídicos para uma linguagem acessível, em que constam dados simplificados de todas as aquisições efetuadas com dinheiro público como bem adquirido, quantidade, valores pagos e data de aquisição, bem

como o resultado do orçamento aplicado nas políticas públicas ("o investimento público")

- 5 66 Popularizar a linguagem dos dados e informações que visem a transparência pública, utilizando as tecnologias de informação voltadas a objetos, gráficos, mapas, vídeos, visando detalhar, esmiuçar, traduzir e explicar os conteúdos inerentes aos temas. Na questão da elaboração orçamentária e execução orçamentária, elaborar um formato padronizado de prestação de contas dos poderes Executivo e Legislativo para aumentar a compreensão pública dos dados, contemplando, no conteúdo, o detalhamento da destinação dos recursos
- 6 64 Elaborar de um estudo aprofundado para definir o melhor modelo de compras para órgãos autárquicos ou ligados à Administração central, respeitando as necessidades, especificidades e independência de setores e serviços públicos, com capacitação dos servidores envolvidos na elaboração das licitações e compras públicas
- 7 63 Criação do "Tudo Aqui", que englobarão todos os serviços públicos federais, estaduais e municipais voltados para o cidadão.
- 8 62 Implantação na prefeitura de um sistema informatizado, padronizado e adequado, que permita simplificar os processos, integrar as diversas áreas, reduzir erros e disponibilizar informações para os gestores visando uma melhor eficiência

dos órgãos municipais. Que os investimentos em tecnologia da informação sejam incrementados continuamente a fim de atender as demandas dos projetos de transparência e da melhoria da eficiência da gestão pública e criação da secretaria de tecnologia da informação.

- 9 50 Desenvolvimento anual pela Prefeitura de um relatório no padrão GRI (Global Initiative Reporting), o qual é utilizado internacionalmente para medir a progressão dos indicadores de sustentabilidade social ambiental e financeira.
- 10 49 Incluir as forças de segurança pública e outros órgãos sediados em Londrina (Federais, Estaduais), inclusive o Poder Judiciário local (Fórum), na obrigação de disponibilizar dados e apresentá-los publicamente para a comunidade local

## **EIXO 2 - ENGAJAMENTO E CAPACITAÇÃO DA SOCIEDADE PARA O EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL**

Ra VoProposta

nki to

ng s

- 1 84 Plano de capacitação dos professores para o ensino de conceitos de Transparência Pública e Controle Social e Criação de disciplina específica que trate da educação cidadão voltada a Transparência Pública e o Controle Social.
- 2 82 Conscientização das crianças, da rede municipal e estadual de

ensino, urbanas e rurais, através de vídeos e cartilhas, para que as mesmas se sensibilizem e possam ensinar os próprios pais sobre Transparência na Gestão Pública e exercício do Controle Social. Execução de Conferências Lúdicas, voltadas ao público infante juvenil, bem como melhor formação dos Conselheiros Municipais em relação ao ECA.

- 3 71 Programa de educação fiscal, permanente e direcionado aos professores municipais e estaduais, a fim de capacitá-los para serem multiplicadores de ideias de Transparência Controle Social.
- 4 69 Implementação do Programa de Educação Fiscal inclusive de formação de multiplicadores, com ênfase no controle social e informações a partir da realidade local.
- 5 68 Garantia de acessibilidade e outras necessidades especiais para a participação em espaços de controle social.
- 6 67 Manuais explicativos para a população sobre como requerer informações, fazer solicitações ou reivindicações. Campanhas mais incisivas de publicidade dos métodos e espaços voltados a participação do cidadão no Controle da Gestão Pública. Colocação de painéis sobre serviços essenciais à população nos postos de saúde, escolas e espaços de grande fluxo dos bairros. Aprimoração dos métodos de acessibilidade da informação de todos os âmbitos da Gestão Pública, de modo que a mesma se faça clara. Criação de redes sociais que facilitem e

estimulem o acesso aos jovens à  
Transparência na Gestão  
Pública e a mecanismos de  
Controle Social.

- 7 65 Publicação dos resultados de  
todas as fases de discussão do  
PPA, LOA e LDO.
- 8 59 Criação de um espaço específico  
ao acompanhamento de  
requerimentos e reivindicações  
da população.
- 9 56 Que programas sociais tivessem  
publicidade mais incisiva, de  
modo que as parcelas sociais  
mais necessitadas de tais  
programas tivessem acesso aos  
mesmos.
- 10 48 Publicidade da prestação de  
atividades, bem como o  
acompanhamento da gestão das  
Associações de Moradores no  
Portal da Transparência.

### **EIXO 3 - PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO**

Ra Vo Proposta

nki to

ng s

- 1 90 Exigência de ficha limpa para ser  
integrante de qualquer Conselho  
Municipal ou ocupar cargo por  
comissão
- 2 77 Criação de uma Câmara Técnica  
de Ética dentro do Conselho  
Municipal de Transparência.  
Criação de uma Ouvidoria Geral  
do Município com estrutura  
adequada e dotada de  
orçamento, como órgão  
independente, ouvidor  
representante da sociedade civil,  
cujo mandato seja limitado e cuja

remuneração seja estipulada.

- 3 75 Desenvolvimento de campanhas publicitárias pelo poder público local que conscientizem a população a respeito do controle social, o poder fiscalizador cidadão e de combate à corrupção.
- 4 75 Exigir de órgãos municipais e entidades que recebam verba pública a prestação de contas, na forma virtual e física, como um edital afixado no prédio, a prestação de contas mensal, detalhando de forma clara o valor e a destinação das verbas recebidas.
- 5 74 Criação de uma órgão externo fiscalizador das entidades civis, e que exija maior transparência das ONGs; Toda entidade que receber recursos públicos deve publicar sua prestação de contas no site da Transparência Londrina, inclusive do registro de entrada e saída das doações particulares.
- 6 71 Publicação diária no site do Conselho Transparência e Controle Social de todas as licitações, inclusive a identificação das empresas participantes e desclassificadas, objeto, setor, respectivos valores e resultado final.
- 7 71 Divulgar no portal de transparência, de forma clara, todas as obras públicas e particulares com alvarás de construção aprovados, bem como data da aprovação do habite-se.
- 8 70 Controlador do Município (servidor de carreira, início no segundo ano da gestão municipal, mandato de 4 anos).

- 9 66 Criação de uma Câmara Técnica no Conselho Municipal de Transparência e Controle Social que avalie e acompanhe o regimento interno e as conferências realizadas pelos Conselhos Municipais com o objetivo de estimular a transparência e evitar que eles sejam usados com interesses particulares em detrimento do coletivo; e estude a limitação dos mandatos de seus membros.
- 10 64 Estender as restrições do ficha limpa para todos os funcionários municipais e as empresas terceirizadas pelo Município.